

PROJETO DE LEI Nº DE 2019

(Do Sr. FLÁVIO NOGUEIRA)

Inscreve o nome de Petrônio Portella Nunes no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de Petrônio Portella no Livro dos Heróis e Heroínas, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

I- Dados Biográficos de Petrônio Portella Nunes

Petrônio Portella Nunes nasceu em Valença do Piauí, em 12 de outubro de 1925. Outrora esquerdista na juventude, militou no movimento estudantil, no Rio de Janeiro. Naquela fase adolescente, trabalhava no Departamento de Correios e Telégrafos para se manter e custear os estudos, e destacava-se no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira-CACO, da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde estudava, como um dos líderes da Reforma, grupo que combatia pela redemocratização do País, na década de 1940, e que unia liberais e esquerdistas; dirigiu também, naquela época, o departamento estudantil da União Democrática Nacional-UDN, partido que congregava a oposição liberal ao Estado Novo.

Em 1951, estabeleceu-se como advogado em Teresina, passando a prestar serviços jurídicos à UDN. Na capital piauiense, chefou, naquele período, a delegacia do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas-IAPETEC e, em 1954, foi eleito Deputado Estadual pela UDN.

Quando a UDN e setores militares a ela ligados contestaram a posse de Juscelino Kubitschek como Presidente da República, em 1955, Petrônio Portella defendeu-a, opondo-se à orientação de seu próprio partido. Ainda no mesmo ano, em nome dos mesmos princípios legalistas, manifestou-se contra o movimento de 11 de novembro, liderado pelo marechal Henrique Teixeira Lott, que depôs o Presidente em exercício, Carlos Luz, e João Café Filho, ex-Presidente licenciado, proclamando o objetivo de barrar uma conspiração em curso dentro do próprio governo, destinada a impedir a posse de Juscelino.

Em 1958, elegeu-se Prefeito de Teresina. Na gestão à frente da Prefeitura, obteve fama de administrador eficiente. Destarte às voltas com a falta de recursos e

mesmo rompido com o Governador Chagas Rodrigues, consolidou uma aliança entre a UDN e o Partido Social Democrata-PSD, algo que era considerado praticamente impossível na maioria dos Estados brasileiros.

Em 1962, tornou-se Governador do Piauí. Assim que assumiu o cargo, entrou em “férias partidárias” dentro da UDN, para “poder ser correligionário de todos”; antilacerdista, incluiu-se entre os Governadores reformistas, uma espécie de dissidência, ao mesmo tempo, do udenismo e do populismo.

Fazendo jus ao renome de bom administrador, deslocou a sede do Governo do Estado para diversos Municípios do interior, criou o Banco do Estado do Piauí, as Centrais Elétricas do Piauí-CEPISA, a Companhia de Águas e Esgotos do Piauí-AGESPISA, construiu hospitais e escolas, proibiu a nomeação de professores sem diploma e pôs em dia os salários atrasados dos servidores estaduais; promoveu estudos que dariam origem à Universidade Federal do Piauí, elaborou o 1º Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Piauí e conseguiu que a Barragem de Boa Esperança fosse incluída no Plano Trienal do Ministério do Planejamento, então comandado pelo economista Celso Furtado. Com quatro meses de governo, enfrentou episódio que pôs à prova sua autoridade: oficiais da Polícia Militar, não sendo atendidos em reivindicação de reajuste de vencimentos, sublevaram-se; mas Petrônio negou-se a ceder sob pressão. Pediu ajuda ao então Ministro da Guerra, que cercou o quartel-general da PM com tropas do Exército, ordenou sua evacuação imediata e entregou ao Governador as chaves do prédio; durante a crise, Petrônio conheceu o general Humberto de Alencar Castello Branco, então comandante do IV Exército, que lhe deu total apoio.

Ainda quando era Governador, ele articulou a campanha de Jânio Quadros a Presidente da República, no Piauí.

A princípio, Petrônio Portella foi um dos maiores opositores do Regime Militar, e, na manhã de 1º de abril de 1964, escreveu ao esquerdista Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, para assegurar incondicional solidariedade ao Presidente João Goulart e informar que estava dirigindo-se ao povo para esclarecer sua posição em defesa do mandato do Presidente da República; nesse famoso discurso, proferido no Palácio do Karnak, na tarde de 1º de abril, na presença de operários e jornalistas, incitou o povo contra o Movimento Militar e insultou os militares intervencionistas com apodos de “golpistas” e “ilegalistas”.

Naquele mesmo dia 1º de abril de 1964, Petrônio publicou surpreendente nota oficial de apoio à legalidade constituída – não ficou na espreita, aguardando o desenrolar dos acontecimentos –; relutava em adotar uma postura pusilânime diante de fatos políticos tão graves, institucionalmente. Sua formação jurídica e sua consciência falavam mais alto.

Na nota oficial, como Governador do Estado do Piauí, caracterizou o Movimento Militar como rebelião, disse que “a Nação se encontrava a braços com ameaças de sedição”, defendeu o mandato do Presidente da República, Dr. João Goulart, declarou que nosso país poderia vir a ser engolfado pela subversão ameaçadora das instituições democráticas, protestou contra a ação revoltosa dos que

não vacilaram em desrespeitar a Constituição e comprometeu-se a defender a ordem democrática e os poderes constituídos, em suma, o império da Constituição, sem medir sacrifícios, e indo às últimas consequências.

Posteriormente, Petrônio Portella recuou taticamente. Não obstante sua oposição inicial ao Regime Militar, sobreviveu à perseguição que, no começo do Governo Castello Branco, lhe foi armada; como que renascera das cinzas e passou a colecionar êxitos implausíveis. Mesmo tendo condenado o levante militar de 1964, sobrexistiu e criou a Aliança Renovadora Nacional-Arena do Piauí, partido da situação, de sustentação ao Governo Militar; era um homem que tinha grande sensibilidade e envergadura e sabia que possuía uma tarefa de fundamental importância na fase por que passava o Brasil, na segunda metade do século XX.

Eleito Senador da República em 1966, procurou afirmar a transitoriedade do regime de exceção e a certeza de que um dia as liberdades democráticas seriam restabelecidas. Assim, em fins de agosto de 1968, quando a Universidade de Brasília foi invadida pela polícia, Petrônio Portella pronunciou, da tribuna do Senado, um discurso em favor dos estudantes, afirmando que seriam tomadas medidas punitivas para coibir os excessos policiais.

Ele fez o papel de centro político, moderado, em torno do qual o processo de transição poderia organizar-se. Na noite da edição do AI-5, Petrônio estava certo de que seria cassado, conforme confessou ao Deputado Federal Thales Ramalho, mas isso não aconteceu, e Petrônio assumiu a Presidência do Senado no biênio 1971-1972, período em que o Poder Executivo se fortaleceu, em prejuízo do Legislativo e do Judiciário; todavia, nesse espaço de tempo, promoveu ampla reforma no edifício do Senado, construindo um novo prédio anexo, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com salas para as Comissões e gabinetes individuais para cada Senador, e providenciou o reequipamento do centro gráfico, promoveu a instalação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal-Prodasen, com o objetivo de aprimorar o sistema de recuperação de informações, e, na área cultural, deu início a um vasto programa de edições literárias. Num tempo difícil para a vida legislativa, quando o Executivo enfeixava nas mãos enorme soma de poderes, a gráfica do Senado publicou centenas de livros de Direito e da História parlamentar.

Como Presidente do Senado, Petrônio Portella Nunes presidiu o Congresso Nacional em duas ocasiões, foi vice-líder do Governo e líder da Arena e do Governo, bem como presidente nacional da Arena. Petrônio Portella negociou o fim do AI-5 com a sociedade civil e abriu negociações com o MDB, porém, detestado pelo radicalismo militar e pela esquerda, parecia que encabeçava um processo fracassado.

Em 28 de fevereiro de 1973, o Senador salientou que a complexidade de um mundo novo impunha ao Poder Legislativo, então em crise mundial, profundas transformações. Na presidência nacional da Arena, em 1974, ganhou a confiança do Presidente Ernesto Geisel, de quem passou a ser o interlocutor constante e seu principal representante no Congresso; sendo considerado, mesmo entre a oposição, como um político liberal, Petrônio liderou a reestruturação da Arena, deu origem a um

novo programa partidário e à criação de um instituto de estudos políticos – a Fundação Milton Campos.

Reeleito Senador em 1974, foi o condutor da chamada “Missão Portella”, o primeiro passo da política de “distensão gradual e segura” empreendida pelo Presidente Ernesto Geisel em seus planos de abertura, visando à revogação do AI-5. A árdua missão consistia em buscar o entendimento entre o Governo e a oposição em torno de reformas políticas; na ocasião, conversou com vários segmentos da sociedade, recebendo desde o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, até o líder operário Luís Inácio Lula da Silva.

Como Presidente do Congresso Nacional, desenvolveu a “política do diálogo”, que preparava a abertura; ele atendia muito bem as lideranças da classe trabalhadora que o procuravam, tendo muito respeito e sendo muito honesto para com elas – tinha espírito democrático e conversava com setores representativos da sociedade. Entrementes, na busca de um entendimento com a oposição, Petrônio Portella estava bloqueado, à direita, por um pedaço da bancada governista que, por não acreditar na abertura e também por não querê-la, esperava pelo desfecho do antagonismo que separava Geisel do general Sílvio Frota; à esquerda, estava bloqueado por Ulysses Guimarães, que prendia as negociações com o Regime. Podia-se pensar que era um voluntário sem destino.

Responsabilizado pelo desastre eleitoral do Governo em 1974, Petrônio passou os últimos dois anos num paciente trabalho de bastidores, deixou a presidência da Arena, fixou-se na liderança da bancada do Governo no Senado e, sobretudo, no gabinete do general Golbery do Couto e Silva. Cauteloso, movia-se sem rastros, encobria quase todos os seus movimentos – sabia-se desprezado por uma parte da imprensa, detestado pela direita da Arena e vigiado pelos militares.

A “Missão Portella” foi prejudicada bruscamente quando, em abril de 1977, a pretexto de acelerar a reforma do Judiciário, rejeitada pelo MDB, o Governo decretou o recesso do Congresso e baixou um conjunto de medidas que ficou conhecido como o “Pacote de Abril”; na ocasião, o então Presidente do Senado afirmou que aquele era “o dia mais triste de sua vida” – mas sua missão foi considerada completa quando suas ideias foram incorporadas à Emenda Constitucional nº 11, aprovada pelo Congresso em setembro de 1978, revogando os atos institucionais, entre eles o AI-5.

Petrônio Portella é considerado o político mais importante na articulação do projeto de “distensão”, de transição do Regime Militar para o regime democrático, nas gestões dos Presidentes Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira Figueiredo.

Foi Ministro da Justiça do Governo de João Figueiredo, quando procurou dinamizar o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, reformular o quadro partidário brasileiro e trabalhar em favor do pluripartidarismo, em decorrência do que foram criados o Partido Democrático Social-PDS (sucessor da Arena), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB (sucessor do MDB), Partido Popular-PP, Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, Partido dos Trabalhadores-PT e o Partido Democrático Trabalhista-PDT. Afora Mário Henrique Simonsen, a única estrela do Governo Figueiredo era Petrônio Portella, que foi colocado na pasta da Justiça para

coordenar as ações políticas do Governo; cabia ao piauiense as negociações da anistia e as armações de uma reforma que romperia o bipartidarismo da Arena e do MDB, rearrumando as divisões parlamentares. Petrônio tornara-se o político civil mais prestigiado do País; era a face pública das articulações para o desmanche do AI-5, liderava a maioria da Arena e conversava com uma parte do MDB. Ele produziu o ordenamento político que garantiria seis anos de paz parlamentar a Figueiredo.

Naquele curto período em que permaneceu como Ministro da Justiça, Petrônio conseguiu restituir as funções políticas daquele Ministério. Renovou as expectativas de mudança na esfera da censura e restituiu o diálogo do Governo com o setor artístico, extinguiu a censura de livros e revistas, demonstrando que a abertura era mesmo “para valer”, sendo assim, segundo Petrônio Portella, a censura de diversões públicas não mais se preocuparia em defender a segurança nacional e se limitaria a resguardar os costumes.

Petrônio Portella era um dos poucos políticos a tomar parte nas discussões e decisões mais importantes do Governo Figueiredo – era uma unanimidade no restrito círculo que decidia os destinos da Nação. Era político inteligente e democrata convicto, firmemente empenhado na luta para o aprimoramento das instituições políticas e consolidação da democracia.

No início do mês de janeiro de 1980, em visita oficial à cidade de Laguna-SC, Portella passou mal e foi removido para Brasília, onde faleceu no dia 6 do mesmo mês. O falecimento prematuro de Petrônio Portella privou a Nação de continuados serviços que vinha prestando, especialmente no momento em que lhe cabia parte da maior importância na condução do processo de redemocratização do País; foi um exemplo de dignidade e superior dedicação à causa pública, no exercício dos mandatos legislativos e executivos, nas três esferas de governo. A morte dele foi uma perda muito grande para o País, principalmente numa época em que não existia, no Governo Militar, qualquer pessoa interessada em ver os trabalhadores como uma força política importante.

Petrônio Portella fez muita falta na continuidade da abertura política. Com o falecimento dele, o Presidente Figueiredo perdeu um dos seus melhores colaboradores. Cinco meses após a morte de Petrônio, o general Golbery escreveu que ele estava em “plena marcha ascensional à suprema magistratura da Nação”.

II- Petrônio Portella, Herói Nacional da Liberdade

Considera-se herói quem, superando o medo e enfrentando o risco, mesmo sabendo que o fracasso é provável, dispõe-se a superar as dificuldades e, guiado por ideais nobres e altruístas, toma para si a tarefa exemplar de enfrentar perigos e obstáculos que as pessoas comuns imaginam intransponíveis. Petrônio Portella foi, sem dúvida, um herói ao abraçar a luta pela redemocratização do Brasil, em uma época em que o medo paralisava nossos patrícios que deveriam ter a missão institucional de enfrentar os poderosos de então, a fim de honrar a confiança que a

Nação neles depositava, mas que não tiveram a dignidade capaz de deixar-nos um legado à altura de homens públicos.

Ao contrário deles, Petrônio Portella revelou-se um combatente pela causa da liberdade, referenciado como habilitado a receber o título de herói nacional, com o nome inscrito no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra guardado no Panteão da Liberdade e da Democracia. Sua personalidade é um corolário repleto de participações decisivas na História de nossa pátria. Apontado como modelo de comportamento, sua memória provoca respeito e admiração pela coragem reveladora de atributos morais positivos que o consagram como um dos principais personagens da vida política da segunda metade do século XX no Brasil.

Será motivo de orgulho para todos nós, brasileiros, saber que Petrônio terá sua memória figurando no mais nobre cenotáfio de nosso país, onde, no lado externo, arde uma chama pequena, no entanto eterna, que representa a liberdade do povo e a independência de nosso território. Uma chama leve, que se internalizou com suavidade, mas firmeza inextinguível em uma das principais personalidades inspiradoras de respeito e preocupação com o Estado Democrático de Direito.

Um herói de fato pelas ações excepcionais que executou, com o intuito de solucionar situações críticas, não apenas em nível federal, todavia também no Piauí, conforme revela sua biografia, tendo como base princípios morais e éticos. Um herói que passará a ser homenageado civicamente por lei com a qualidade de articulador nato, que se empenhava sempre no diálogo, com disposição política para unir pessoas, projetos, sonhos e esforços, provando que o heroísmo, muitas vezes, não é sinônimo de agressividade, porém se coaduna bem mais com a difícil arte de fazer algo extraordinário, mantendo a nobreza de ideais, arrebatando, para a causa que defende, até mesmo adversários e inimigos. Pois Petrônio Portella foi desse tipo de herói, sem bravatas nem esgrima.

Destarte a pedra fundamental do prédio do Panteão dos Heróis da Pátria e da Liberdade tenha sido lançada pelo Presidente da França, François Mitterrand, ele mesmo um saudoso herói daquela Terra de Liberdade e Fraternidade, a principal pedra fundamental dos libertários do Brasil tem sido construída em ângulo coletivo por brasileiras e brasileiros cujos nomes vêm sendo gravados no sagrado livro que aquele Panteão encerra. E a vida de Petrônio Portella construiu-lhe um nome digno de um íntegro filho do Piauí, que manteve uma completa atividade de homem público, a qual fará respeitar a seriedade daquele Estado nordestino a todos quanto adentrarem o conjunto arquitetônico que abriga nossos principais próceres.

Esse piauiense sobre o qual lhes falo conseguiu enxergar à frente de seu tempo, encarnando as características de maior destaque e valor de sua cultura de origem, apresentando habilidades que o destacaram numa época confusa e perigosa que avassalava nosso torrão verde-amarelo. Ele enxergou com tranquilidade e segurança que o Estado de exceção seria substituído pelo Estado de liberdade, onde o império das leis voltaria a brilhar, fez dessa visão sua profissão de fé e, por ela, morreu vitorioso, quando muitos, naqueles tempos de arbítrio, cétricos, murmuravam pelos cantos, contudo ficavam somente presos a lamúrias, sem conclamar nem agir em prol

do fim de governos sombrios que acachapavam a Nação. Petrônio, ao contrário, agindo de forma inteligentíssima, foi para dentro do sistema e, em seu interior, atuou como o germe da própria destruição das trevas que ali eivavam, carcomendo o sistema pouco a pouco e ponto a ponto. Assim, quando Portella faleceu, a política do militarismo estava ferida de morte, já sem AI-5, com o pluripartidarismo assentado, com os bons jovens e velhos políticos anistiados, e se vivia o último dos governos daquele Regime.

Um herói não é um santo, e Petrônio Portella não o era. Mas permaneceu como um cânone admirado que se movimentava na alma deste Congresso. E tanto se movimentou, que hoje, *post mortem* dele, quem tem olhos para ver enxerga a marca de sua passagem crivada nas paredes, pisos e compartimentos da Câmara e do Senado. E quem bem a visualiza pode atestar que ela está a apontar-nos qual é o verdadeiro norte, tal qual uma valiosa bússola orientadora do correto rumo que os Parlamentares atuais e os que ainda virão devem seguir em proveito de uma carreira agasalhadora de nobreza.

É em consequência da marca indelével por ele deixada que propomos o nome de Petrônio Portella Nunes para constar no “Livro de Aço” com a denominação daquele nordestino conferida com o status de “Herói Nacional”. Em verdade, ele será o herói que trará uma nova iluminação para nossa complexa sociedade: a de um líder que agiu como estadista para que nossa pátria se consagrasse como um país livre.

Portanto, pelas razões aqui expostas, é que solicitamos a nossos pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2019

Deputado FLÁVIO NOGUEIRA

(PDT-PI)